



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento de Doenças Transmissíveis
Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses

NOTA TÉCNICA Nº 41/2026-CGAR/DEDT/SVSA/MS

1. **ASSUNTO**

Orientações para a implementação integrada das tecnologias de controle de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, conforme as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas (Brasil, 2025).

2. **CONTEXTUALIZAÇÃO**

As [Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial](#) (Brasil, 2025) apresentam um novo modelo de enfrentamento às arboviroses. O princípio fundamental dessas Diretrizes é o reconhecimento da heterogeneidade do território, a melhoria da vigilância entomológica e a manutenção das ações fundamentais em combinação com estratégias inovadoras para o controle vetorial.

A estratificação de risco, somada ao monitoramento com ovitrampas, é capaz de gerar indicadores sensíveis para a delimitação de áreas prioritárias intramunicipais, favorecendo o direcionamento das ações de controle vetorial que necessitam ser implementadas e/ou intensificadas.

Esse novo modelo de controle vetorial reconhece que nenhuma intervenção isolada é suficiente. Assim, a combinação estratégica de ações no tempo e no espaço potencializa o efeito protetivo das medidas adotadas. A introdução de novas tecnologias deve, portanto, prever a sinergia e a compatibilidade entre as ferramentas, garantindo que operem de forma complementar, sem interferências negativas ou anulação de resultados.

3. **INTERVENÇÕES DE CONTROLE VETORIAL**

Intervenções Fundamentais

I - **Controle mecânico:** são ações simples e contínuas para eliminar ou evitar o estabelecimento de criadouros do mosquito, como por exemplo: retirar recipientes que acumulam água, lavar e tampar caixas d'água e dar destino adequado aos resíduos. É uma das medidas mais importantes para interromper o ciclo do vetor.

II - **Uso de larvicidas:** consiste na aplicação de produtos específicos nos depósitos com água que não podem ser eliminados ou vedados, para impedir o desenvolvimento das larvas do mosquito. O uso deve seguir os critérios técnicos e as orientações do Ministério da Saúde.

III - **Aplicação de inseticida residual em pontos estratégicos (PE):** é a aplicação de inseticida em superfícies internas ou externas, em depósitos encontrados em PEs (cemitérios, borracharias, ferros-velhos, depósitos de sucata ou de materiais de construção, garagens de

ônibus e de outros veículos de grande porte, residências de acumuladores de inservíveis etc.), onde os mosquitos costumam pousar. O objetivo é manter o efeito do produto por mais tempo (efeito residual), reduzindo a população de mosquitos adultos nesses locais ou com maiores condições para a proliferação do vetor.

IV - **Aplicação de inseticida espacial (nebulização espacial com UBV)**: consiste na dispersão de inseticida em forma de névoa fina por Ultra-Baixo-Volume (UBV), para eliminar mosquitos adultos em circulação. Essa ação é utilizada principalmente em situações de transmissão ativa ou surtos de arboviroses, como medida de bloqueio complementar e de resposta rápida.

Tecnologias Inovadoras

V - **Ovitrapas**: são armadilhas utilizadas para atrair fêmeas de mosquitos do gênero *Aedes* para a postura de ovos (oviposição), permitindo a avaliação indireta da população do vetor, através da detecção de ovos depositados por fêmeas reprodutivamente ativas no ambiente.

VI - **Estratificação de Risco**: metodologia de análise que permite a identificação de áreas prioritárias com maior circulação de arboviroses, com base epidemiológica, identificando *hotspots* (áreas prioritárias) e territórios intramunicipais para intensificação das ações de vigilância e controle.

VII - **Borrifação Residual Intradomicilar para o Aedes (BRI-Aedes)**: aplicação de inseticida residual para reduzir a presença de mosquitos adultos em ambientes internos de imóveis especiais, como escolas, unidades de saúde, rodoviárias, universidades e outros locais com grande circulação de pessoas.

VIII - **Estações Disseminadoras de Larvicida (EDL)**: São armadilhas que atraem as fêmeas do mosquito *Aedes*. Ao entrar em contato com a EDL, o mosquito leva micropartículas de larvicida para outros criadouros, dispersando o inseticida e ajudando a reduzir o desenvolvimento de larvas em diferentes locais do território.

IX - **Liberação de mosquitos com *Wolbachia***: consiste na liberação de mosquitos *Aedes aegypti* infectados com a bactéria *Wolbachia*, que reduz a capacidade do mosquito de transmitir dengue, Zika e chikungunya. Com o tempo, esses mosquitos substituem a população de mosquitos local, ampliando a proteção no território.

X - **Técnica do Inseto Estéril por Irradiação (TIE)**: consiste na liberação de mosquitos machos de *Aedes aegypti* esterilizados por irradiação. Quando esses mosquitos estéreis cruzam com as fêmeas selvagens no ambiente, não ocorre geração de descendentes, pois os ovos de mosquitos não foram fecundados (inviáveis), contribuindo para a redução da população do mosquito ao longo do tempo.

4. COMPATIBILIDADE ENTRE TECNOLOGIAS

Para uma maior efetividade das intervenções de controle vetorial, recomenda-se como ponto de partida, o planejamento das ações a partir da **estratificação de risco**. A estratificação de risco definirá as áreas que receberão intervenções inovadoras como *Wolbachia* e EDL, e a frequência de visitas domiciliares nas áreas de maior risco.

O monitoramento entomológico por intermédio das ovitrampas, por sua

vez, orientará a visita domiciliar nas áreas que não são *hostpots*, a partir de sua positividade, direcionando de forma mais efetiva a visita do Agente de Combate às Endemias para as áreas com presença do vetor.

Recomenda-se realizar o **controle mecânico** sempre que recomendado, visando a eliminação das larvas e dos depósitos inservíveis. Ressalta-se que esta atividade, também denominada controle ou manejo ambiental, é reconhecida como a principal forma de prevenção das arboviroses. O planejamento desta ação envolve necessariamente a área de limpeza urbana dos municípios, e deve ser iniciada pelas áreas de maior risco, sendo gradativamente estendidas para as demais localidades.

Sempre que não for possível realizar o controle mecânico, deve-se realizar o tratamento focal com larvicida nos depósitos de armazenamento de água. O tratamento focal e o controle mecânico não devem ser interrompidos mesmo que a área receba alguma tecnologia adicional, seja EDL, mosquitos com *Wolbachia* ou mosquitos irradiados (TIE).

A **BRI-Aedes** por sua vez, pode ser utilizada de forma integrada com outras estratégias de controle vetorial, incluindo o uso de EDL, o método *Wolbachia* e a TIE. O objetivo da BRI-Aedes é diminuir o contato entre as pessoas e o vetor, sua aplicação resulta em uma barreira química nas paredes no interior de edificações, de modo a manter o controle efetivo por mais tempo, eliminando os mosquitos que pousem nesta superfície. Ela também atua como repelente para os mosquitos. Esta técnica é voltada apenas para imóveis especiais, locais com grande fluxo ou permanência de pessoas, tais como unidades básicas de saúde, lares de idosos, residência de recicladores, rodoviárias, universidades e escolas, além dos pontos estratégicos. Sendo assim, sua utilização não impacta de forma negativa qualquer outra estratégia inovadora. Para o melhor planejamento desta atividade, reforça-se as recomendações da Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas, quanto a sua utilização sendo iniciada pelas áreas prioritárias, e em seguida nas áreas não prioritárias.

A implementação das EDLs em áreas selecionadas do município pode ser realizada de forma complementar às ações fundamentais de controle vetorial. Recomenda-se que as EDLs não sejam instaladas nos mesmos imóveis onde houver ovitrampas, a fim de evitar competição pela atração de fêmeas de *Aedes* entre as armadilhas. Em áreas contempladas com a estratégia de liberação de mosquitos com *Wolbachia*, as EDLs podem ser instaladas previamente ao início das liberações, contribuindo para a redução da população de mosquitos selvagens e favorecendo o estabelecimento da população de mosquitos infectados com *Wolbachia*. Da mesma forma, em áreas que receberão liberações de mosquitos irradiados, a utilização prévia das EDLs pode auxiliar na diminuição da densidade populacional do vetor, potencializando o impacto da intervenção. Durante o período de liberação de mosquitos com *Wolbachia* ou de mosquitos irradiados (TIE), recomenda-se que as EDLs permaneçam desativadas ou sejam remanejadas para outras áreas prioritárias (hotspots), evitando a captura dos mosquitos liberados e preservando a efetividade das estratégias. Quando as EDLs estiverem instaladas exclusivamente em pontos estratégicos, sua utilização poderá ser mantida, uma vez que seu raio de atuação é restrito e não interfere de forma significativa nas demais intervenções inovadoras.

A liberação de mosquitos infectados com *Wolbachia* deve ser suspensa quando houver a necessidade de ações de bloqueio de transmissão (nebulização espacial com UBV costal ou veicular). Para a **Técnica do Inseto Estéril por Irradiação** (TIE), também recomenda-se evitar liberações de mosquitos irradiados durante a aplicação bloqueio espacial com UBV. Aplicações intensivas e/ou indiscriminadas de inseticidas podem reduzir a sobrevivência desses mosquitos no ambiente. As liberações de mosquitos devem ser retomadas após a conclusão dos ciclos de bloqueio de transmissão.

Nas áreas que já receberam intervenção com *Wolbachia*, ou seja, onde as liberações já foram concluídas, as ações de bloqueio de casos com UBV, sempre que houver recomendação, devem ocorrer normalmente. O mesmo se aplica a TIE.

Por fim, qualquer ação de controle vetorial deve envolver a participação da população, neste sentido, a educação em saúde se soma ao conjunto de estratégias fundamentais e inovadoras, tornando-as sustentáveis ao longo do tempo, e permitindo o efetivo alcance de suas finalidades, que consiste na redução das populações de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* e consequentemente, a redução de casos de dengue, chikungunya e Zika, principais arboviroses transmitidas por este vetor.

5. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

O modelo de controle vetorial proposto nas Diretrizes Nacionais (Brasil, 2025) reforça a necessidade de intervenções integradas, combinando vigilância entomológica, manejo ambiental, educação em saúde, estratégias fundamentais e tecnologias inovadoras. A combinação planejada dessas estratégias permite maior impacto na redução da população vetorial, melhor uso dos recursos operacionais e maior sustentabilidade das ações de controle das arboviroses no território nacional.

Embora as tecnologias apresentadas, na maioria das vezes, sejam compatíveis, o sucesso de sua implementação e combinação depende de um planejamento prévio. A performance de cada ferramenta é variável e está condicionada às particularidades do território. Determinantes como o risco epidemiológico, a densidade vetorial, o clima, a infraestrutura urbana, os fatores sociodemográficos e a disponibilidade de recursos (humanos e materiais) devem orientar a seleção do conjunto de ferramentas mais efetivo para a realidade local.

Adicionalmente, o plano de implementação deve prever o tempo necessário para promover a mobilização social, capacitação de equipes, execução em campo e monitoramento de resultados. É importante considerar que tecnologias inovadoras não oferecerão respostas imediatas e não substituem as ações fundamentais, portanto, o planejamento deve distinguir ações preventivas de emergenciais. Os cenários de aplicação precisam ser definidos e revisados periodicamente, garantindo as adequações necessárias ao longo do processo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As orientações do Ministério da Saúde propõem a construção de estratégias que considerem as particularidades de cada território. A compreensão sobre essas demandas permite um serviço mais qualificado e sensível às realidades locais, aumentando, assim, a efetividade das ações preventivas.

Nesta nota técnica, foram apresentadas as possibilidades e compatibilidades entre as novas tecnologias para o controle vetorial do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, reforçando a importância do planejamento das ações e do conhecimento das características territoriais para o êxito dos resultados.

Informações mais detalhadas sobre cada tecnologia, bem como a metodologia de implementação das ferramentas citadas, podem ser consultadas nas Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial (2025) e nos documentos complementares publicados nos meios oficiais de comunicação do Ministério da Saúde.

7. REFERÊNCIAS

NOTA TÉCNICA Nº 9/2023-CGARB/DEDT/SVSA/MS - **Orientação técnica atualizada para as atividades de controle químico residual em Pontos Estratégicos.**

NOTA TÉCNICA Nº 6/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS - **Orientação técnica para a implementação da Borrifação Residual Intradomiciliar para o Aedes (BRI-Aedes) em imóveis especiais.**

NOTA INFORMATIVA Nº 13/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS - **Implementação de Estações Disseminadoras de Larvicidas para o controle de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* (EDL) em municípios brasileiros, como método complementar de controle vetorial no biênio 2025/2026.**
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-e-notas-informativas/2026/nota-informativa-no-13-2025-cgarb-dedt-svsa-ms.pdf/view>

NOTA INFORMATIVA Nº 14/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS **Informações sobre a Implementação do método *Wolbachia* como método complementar de controle vetorial no biênio 2025/2026.** <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-e-notas-informativas/2025/nota-informativa-no-14-2025-cgarb-dedt-svsa-ms.pdf/view>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses. **Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses – Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 190 p.: il. Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_arboviroses_urbanas.pdf ISBN 978-65-5993-769-1.



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Carla Vinhal Frutuoso, Coordenador(a)-Geral de Vigilância de Arboviroses**, em 04/07/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Santini de Oliveira, Diretor(a) do Departamento de Doenças Transmissíveis**, em 22/07/2026, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariângela Batista Galvão Simão, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 23/07/2026, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0056336493** e o código CRC **1FA978C4**.

